

Avaliado	Avaliador
Tome a iniciativa de incorporar progressos e alterações. Peça, se necessário, uma entrevista intercalar.	Verifique os progressos do avaliado e dê-lhe <i>feedback</i> construtivo (e não ambíguo) sobre a sua <i>performance</i> . Evite ao avaliado o ónus de ter de procurar constante <i>feedback</i> . É sua responsabilidade de gestão fornecer <i>feedback</i> regularmente.

### Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

**Despacho n.º 1501/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 6 de Janeiro de 2005 da Secretária-Geral da Assembleia da República:

Maria Jorge Ferreira Nunes de Carvalho Pais de Oliveira, Maria Teresa Santos da Silva Carvalho, João Nuno de Melo Cardoso do Amaral, Maria João de Andrade Godinho Cardoso do Amaral, Sónia Cristina Godinho Milhano Francisco e Maria Fernanda Paiva Barbosa e Lopes Pereira — nomeados, precedendo concurso, técnicos superiores parlamentares principais (área de redacção) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 525). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 2005. — Por delegação da Secretária-Geral, a Directora de Serviços, *Maria Teresa Fernandes*.

**Despacho n.º 1502/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 6 de Janeiro de 2005 da Secretária-Geral da Assembleia da República:

Ana Rita Neves de Abreu — admitida a estágio para a categoria de programador, em regime de contrato administrativo de provimento (1.º escalão, índice 290). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Janeiro de 2005. — Por delegação da Secretária-Geral, a Directora de Serviços, *Maria Teresa Fernandes*.

**Despacho n.º 1503/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 10 de Dezembro de 2004 da Secretária-Geral da Assembleia da República:

Nuno Filipe Ávila França — admitido a estágio para a categoria de técnico superior parlamentar de 2.ª classe (área de informática), em regime de contrato administrativo de provimento (1.º escalão, índice 380). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Janeiro de 2005. — Por delegação da Secretária-Geral, a Directora de Serviços, *Maria Teresa Fernandes*.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO

**Despacho conjunto n.º 73/2005.** — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 17.º dos Estatutos da MOVIOJEM — Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 242, de 18 de Outubro de 2001, e em conformidade com o estatuído na alínea b)

do n.º 2 do artigo 8.º e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro, são designados representantes da parte pública no conselho fiscal daquela Cooperativa os seguintes membros:

Presidente — João Pedro Lemos Pimenta.  
Vogal — Sónia Branco Rocha.

2 — Integra ainda o conselho fiscal da MOVIOJEM, como vogal, em representação da Associação de Utentes das Pousadas de Juventude, a sociedade de revisores oficiais de contas Deloitte & Associados, SROC, S. A., representada pelo Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André.

3 — Os membros do conselho fiscal, ora designados, entram em funções a partir do dia 30 de Janeiro de 2005, mantendo-se em funções, até essa data, os actuais membros do conselho fiscal da MOVIOJEM, que deverão concluir o processo de aprovação do plano de actividades e orçamento do exercício de 2005.

29 de Dezembro de 2004. — O Ministro de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho, *Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto*. — O Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, *Rui Manuel Lobo Gomes da Silva*.

### MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

#### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 1504/2005 (2.ª série).** — Considerando que a Lei Orgânica n.º 1/2003, de 13 de Maio [Lei de Programação Militar (LPM)], prevê a necessidade de dotar o Sistema de Forças Nacional com um sistema de comunicações tácticas com base nos sistemas de equipamentos de rádio *P/GRC-525*, de acordo com o correspondente programa;

Sendo que o sistema de equipamento de rádio *P/GRC-525* é produzido, exclusivamente, pela EID — Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S. A.;

Considerando ainda que, no dia 1 de Outubro de 2004, foi celebrado, entre aquela sociedade e o Estado Português, um contrato de fornecimento de sistema de comunicações táctico móvel *P/525*;

Atento o disposto na cláusula 11.ª e no n.º 2.2 do anexo E ao referido contrato, que prevêem a nomeação de uma missão de acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar determina o seguinte:

1 — É criada a Missão de Acompanhamento e Fiscalização (MAF) da execução do contrato de fornecimento de sistema de comunicações táctico móvel *P/525* celebrado, no dia 1 de Outubro de 2004, entre a EID — Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S. A., e o Estado Português.

2 — Sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, são nomeados os militares abaixo mencionados para integrarem a MAF:

Posto	Nome	Cargo
Major-general	Dario Morais Carreira	Chefe da MAF.
Coronel	João Miguel Rosas de Leitão	Gestor de projecto.
Major	Rui Manuel Marques da Silva	Oficial-adjunto do gestor de projecto.
Capitão	João Francisco Branco Barreira	Oficial-adjunto — engenharia.
Capitão	Alexandre Miguel Gil Fernandes	Oficial-adjunto — engenharia.
Major	António José Neves	Oficial-adjunto — garantia da qualidade.
Major	José Manuel Fernandes Costa	Oficial-adjunto — apoio logístico integrado.
Tenente	Paulo Jorge Chito Calado	Oficial-adjunto — apoio logístico integrado.
Tenente-coronel	António Belchior Pereira de Melo	Oficial-adjunto — formação.
Major	João Manuel Marques Maia	Oficial-adjunto — segurança das comunicações
Primeiro-sargento	Francisco José Guedes Pereira	Sargento-adjunto — garantia da qualidade.